

O SERTÃO DA PARAÍBA NO SÉCULO XVIII: representações espacial e imagética

*Maria Simone Morais Soares**
*Maria Berthilde Moura Filha***

RESUMO

O presente trabalho é integrante da pesquisa em andamento intitulada "História Urbana do Sertão da Paraíba nos séculos XVIII e XIX", desenvolvida com estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, em parceria com o Laboratório de Pesquisa História e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que tem por objetivo geral analisar a gênese e estruturação de núcleos urbanos no Sertão da Paraíba nos séculos XVIII e XIX. Assim, para cumprir com tal desiderato, entende-se que o primeiro passo consiste em analisar o que se entendia por Sertão da Paraíba no século XVIII, período no qual ocorreu a gênese do urbano. Portanto, este artigo tem por objetivo compreender as representações espacial e imagética associadas ao Sertão da Paraíba no século XVIII. Para tanto, recorreu-se a dois procedimentos metodológicos essenciais a toda pesquisa em história urbana: análise historiográfica e investigação em documentos primários.

Palavras-chave: Sertão da Paraíba. Representação Espacial. Representação Imagética. Século XVIII.

*Graduação e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. E-mail: msimonems@yahoo.com.br.

**Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto. Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba. Docente permanente do PPGAU/UFPB. E-mail: berthilde16@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é integrante da pesquisa em andamento intitulada "História Urbana do Sertão da Paraíba nos séculos XVIII e XIX", desenvolvida com estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, em parceria com o Laboratório de Pesquisa História e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que tem por objetivo

geral analisar a gênese e estruturação de núcleos urbanos no Sertão da Paraíba nos séculos XVIII e XIX. Tal espaço compreende a área banhada pelo Rio Piranhas e seus afluentes, cujos principais são: Piancó, Peixe, Seridó, Espinharas e Sabugy. A delimitação a partir dos referidos rios se faz devido ao fato deles terem sido utilizados como vetores de ocupação pelos agentes de colonização, sendo exaustivamente referenciados na documentação do período.

Sabe-se que a gênese dos núcleos urbanos no espaço estudado é resultado do povoamento pelos agentes de colonização, ou seja, a Coroa portuguesa, a igreja e os proprietários rurais, bem como pelo despovoamento dos povos indígenas existentes no espaço analisado. A historiografia paraibana aponta que o referido processo teve início a partir da expulsão dos holandeses do território, em 1654, intensificando-se durante o século XVIII e XIX, diante de uma série de conjunturas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Diante do exposto, aponta-se que o primeiro problema que gira em torno da pesquisa em desenvolvimento é, sem dúvida, saber o que era tratado por Sertão

da Paraíba no século XVIII, quando nele ocorreu a gênese do urbano. Porém, não se pode responder a essa pergunta sem antes tratar de outra questão: o que se entendia pela palavra “Sertão” no século XVIII? Portanto, este artigo busca apresentar algumas considerações para elucidar tais questões, tendo por objetivo compreender as representações espacial e imagética associadas ao Sertão da Paraíba no século XVIII. Para tanto, recorreu-se a dois procedimentos metodológicos essenciais a toda pesquisa em história urbana: análise historiográfica e investigação em documentos primários.

A análise historiográfica foi feita a partir de obras principais que tratam do conceito de *sertão* e de suas conotações espacial e imagética. Já a investigação documental ocorreu principalmente nos documentos (requerimentos, cartas, ofícios, cartas régias, cartas de doações de sesmarias, entre outros) encontrados principalmente nos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa (disponível em CD-ROM), no levantamento apresentado por João de Lyra Tavares (1982), presente no livro "Apontamentos para a história territorial

da Parahyba", o qual contém um inventário de todas as datas de sesmarias relativas ao Sertão de Piranhas no século XVIII.

Tal análise aponta que as conotações do Sertão no século XVIII são resultantes de um conceito formulado desde o início da colonização do Brasil, no século XVI, estando relacionada a uma área desconhecida, pouco povoada e distante do litoral, tido como conhecido e colonizado. Além disso, associava-o aos povos indígenas que habitavam a região, caracterizando-o como um ambiente de "bárbaros perigosos". E, por último, representava-o como lugar para o enriquecimento daquelas pessoas que não encontravam espaço nas zonas de produção da cana-de-açúcar.

2 REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DO SERTÃO DA PARAÍBA NO SÉCULO XVIII

Antes de adentrar especificamente sobre o Sertão da Paraíba, buscou-se o significado da representação espacial da palavra "sertão", enquanto um espaço físico. Trata-se de um espaço definível, mas não delimitável, conforme se demonstrará. Definível através da dicotomia relacionada à representação

que os portugueses possuíam acerca dele, como oposição ao litoral. Não delimitável, porque não havia limites e fronteiras precisos a ele associados.

Sabe-se que as fronteiras e os limites dos territórios administrativos e das regiões do Brasil só foram definidos no século XIX, o que leva à indicação da imprecisão desses marcos no Brasil Colonial, principalmente se relacionados a espaços como o aqui tratado. Assim sendo, a representação espacial da totalidade do "sertão" estava mais relacionada a um conceito e a uma representação simbólica do que a um espaço físico delimitado. Esse conceito, disseminado desde os primeiros tempos da colonização, faz referência a um local desconhecido que se opunha ao litoral, e tem sido analisado por pesquisadores, principalmente historiadores. Eles buscam entendê-lo a partir das fontes dos cronistas e viajantes do Período Colonial que, a fim de justificar essa aceção, citam comumente a Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento sobre o Brasil, escrito em 1500, no qual já aparece o vocábulo, como demonstrado no trecho que segue:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós

deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa (CAMINHA, 1943, p. 239).

A observação de Caminha é representativa do olhar de um agente situado no litoral e reluz a ideia de espaço desconhecido. Como foi feita no início do século XVI, pode-se afirmar que o colonizador português já utilizava a palavra, provavelmente desde a Idade Média, como assim atesta Rodrigues:

a palavra sertão advém do termo latino *desertanum*, *desertum*. no português antigo se falava desertão para designar lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento. imaginou-se sertão também como a terra apartada do mar, mediterrânea, continental no sentido em que se empregava a palavra em Portugal no final da idade média: era a terra para lá das costas ao longo das quais se navegava (Rodrigues, 2003, p.266).

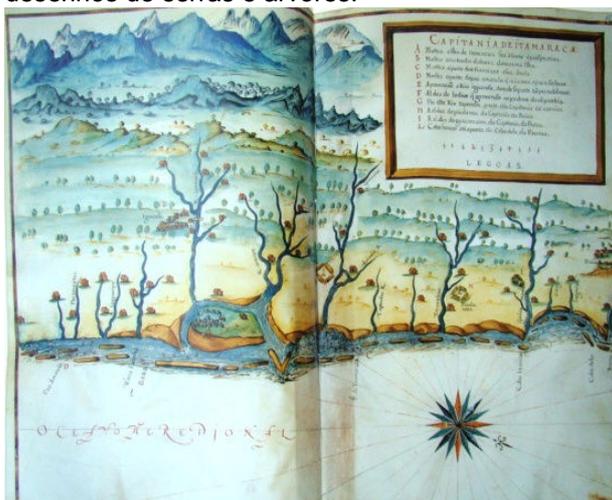
O sentido da descrição feita por Rodrigues permaneceu até o século XVIII,

ora estudado. Uma evidência é a definição do vocábulo nos dicionários deste período. No primeiro dicionário da língua portuguesa, intitulado *Vocabulário portuguez e latino*, datado de 1713, de autoria do Padre Raphael Bluteau (1638-1734), “sertão” aparece como sendo “[...] o interior, o coração das terras, oppões-se ao marítimo, e costa. [...] O sertão toma-se por mato longe da costa. O sertão da calma i.e. o lugar onde ella He mais ardente [...]” (BLUTEAU, 1713, p. 613). A mesma conotação permanece na própria revisão do referido dicionário, feita por Antonio de Moraes Silva em 1789, e, ainda no início do século XIX, no *Diccionario da Língua brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

Essa conotação de desconhecido pode ser verificada nas representações cartográficas e iconográficas coloniais, principalmente naquelas que buscavam o reconhecimento da costa brasileira, nas quais o observador, numa posição comparável a de Pero Vaz de Caminha, ou seja, no litoral, representa dois espaços dicotômicos: o litoral, tido como espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, pontuado pelas vilas e cidades, já que a ocupação

do território brasileiro se deu a partir da costa para o interior (AMADO, 1995, p. 145); e o Sertão, cujo sentido de desconhecido é expresso nas representações de um horizonte de serras e árvores, uma vez que era isso que se via, como atesta Caminha “[...] porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa”. (1943, p.239). A **Figura 1** é representativa do exposto.

Figura 1 - Capitania de Itamaracá – 1616. Verifica-se que o interior, ou sertão, está representado por desenhos de serras e árvores.



Fonte: REZÃO do Estado do Brasil – 1616 (1999).

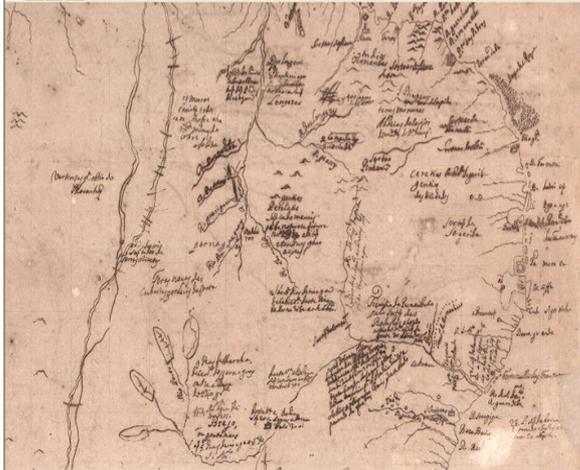
Essas representações cartográficas vão mudando ao longo do século XVIII, quando se intensifica o processo de ocupação do interior do Brasil e os sertões passam a ser alvo de interesse político e econômico para o Estado Português, que precisava controlá-los. A partir daí, o sertão foi melhor

cartografado, por ser este instrumento de representação uma das vias para o controle, a partir do conhecimento. As Cartas Sertanistas são exemplos deste fato, como aquela denominada de *Região compreendida entre o Rio Amazonas e São Paulo*, de 1722, conforme **Figura 2**.

No Mapa, é esboçada a referência a vários sertões, inclusive o sertão como área geográfica atualmente institucionalizada e aqui estudada, que aparece com o nome de Sertão de Pinhancó, conforme destacado na Figura 02. Verifica-se que os rios, da mesma forma que no litoral, eram fatores preponderantes para o reconhecimento do território. A partir desta cartografia, é possível afirmar que, embora a conotação do sertão no século XVIII ainda estivesse ligada à sua distinção em relação ao litoral, o reconhecimento da área possibilitava, em uma escala local, delimitá-lo. Pois, com a chegada dos agentes coloniais, a delimitação passa a ser representada, na documentação, através das referências a algum componente geográfico importante, comumente o rio, uma vez que a ocupação se empreendia nas suas proximidades. A partir desta observação,

parte-se para o entendimento do espaço estudado durante o século XVIII.

Figura 2 - Representação dos “sertões” no Mapa da Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo – 1722. Em destaque, referência ao Sertão de Piranhas e Piancó através da expressão *Sertão Pinhancó*.



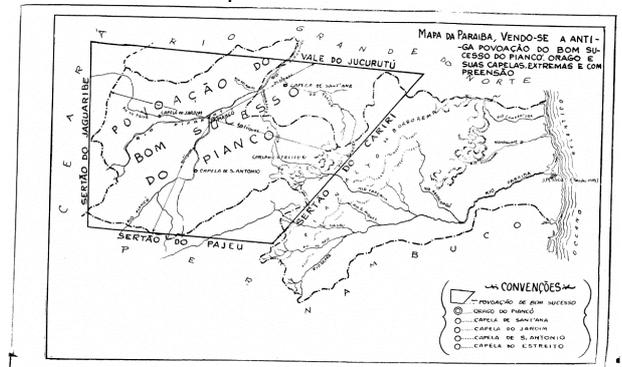
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Primeiramente, sabe-se que o Sertão da Paraíba está localizado no extremo oeste do atual Estado, antiga Capitania da Paraíba, e é chamado na documentação setecentista como sendo *Sertão de Piranhas e Piancó*. Portanto, a partir de agora, esta será a denominação usada no presente trabalho. A justificativa para tal nome decorreu da importância dos Rios Piranhas e Piancó, os principais do espaço ora estudado. Outros afluentes desses dois rios também foram importantes no processo de colonização, sendo assim, designaram vários sertões, cada qual correspondente a um deles:

Sertão de Piranhas, Sertão de Piancó, Sertão do Rio do Peixe, Sertão de Sabugy, Sertão do Seridó. Inicialmente, para delimitá-los, procuraram-se evidências na cartografia referente ao período.

Infelizmente, a Capitania da Paraíba do Norte não foi bastante cartografada durante o século XVIII, não possibilitando ver de que forma era, então, delimitado o Sertão de Piranhas e Piancó. Porém, nos trabalhos historiográficos, a delimitação deste espaço é comumente feita através de uma cartografia produzida por Wilson Seixas (1975), na qual o autor representou essencialmente o Sertão de Piranhas e Piancó. O documento não é exatamente um mapa histórico, mas, por seu significado, foi tido como ponto de partida (Ver **Figura 3**).

Figura 3 - Delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó por Seixas.



Fonte: Seixas (1975, p.22).

A fonte da delimitação de Seixas (1975), bem como as utilizadas nos diversos trabalhos sobre o Sertão de Piranhas e Piancó, como o de Guedes (2006) e de Sarmento (2007), é um documento do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa, de 1757, no qual se destaca a *Relação da Povoação do Piancó e seus distritos, extremas e compreensão*, conforme segue:

Esta povoação se divide pela parte do nascente com o sertão do Cariri, cuja divisão lhe faz a serra chamada Borborema e da parte do poente com o sertão do Jaguaribe e vila do Ico, e tem de distancia de uma a outra extrema pouco mais ou menos cinqüenta léguas; ficando-lhe no meio, com pouca diferença a dita povoação, de que se trata, por detraz da qual da parte do poente corre o rio chamado Piancó, que tem seu nascimento na mesma serra da Borborema e em distância de meia légua abaixo da Povoação se une com o rio Piranhas, o qual também nasce da serra da Borborema e corre buscando quase o nascente e faz barra no mar, donde lhe chama Açú, distrito do Rio Grande, cidade do Natal, cuja capitania se divide do distrito desta Povoação em uma fazenda de gados a beira do dito rio Piranhas, chamada Jucurutu, do qual a esta Povoação distam vinte e cinco léguas e da mesma Povoação buscando sul pelo rio Piancó acima até o sertão do Pajeú, nessa mesma ribeira em distancia de trinta léguas extrema o distrito desta mesma Povoação, capitania da cidade da Paraíba, com a capitania de Pernambuco. (RIHGP, 1953, p.6)

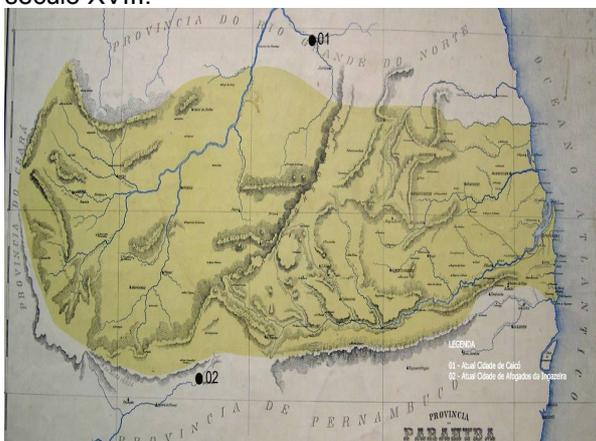
O referido documento, bem como o mapa de Seixas (1975), mostra que o Sertão de Piranhas e Piancó compreendia o extremo oeste da antiga Capitania da Paraíba, incluindo parte da região banhada pelo Rio Seridó até a Fazenda Jucurutu, no atual território do Rio Grande do Norte, e parte da área banhada pelo Rio Pajeú, pertencente atualmente a Pernambuco. Observa-se, assim, que os limites antigos entre as três capitanias, principalmente em relação ao Rio Grande do Norte, eram imprecisos, como atesta Joffily:

Os limites com o Rio Grande do Norte não são naturaes, são convencionaes e em geral incertos e confusos. Os dois Estados geographicamente formão uma mesma região, aos quaes são communs diversos rios e serras.(...) No tempo de colônia as duas capitanias dividião-se por uma linha traçada em rumo quase recto de Este a Oeste, do litoral ao mais remoto sertão; pertencia então a Parahyba toda a ribeira do rio Seridó (JOFFILY, 1977, p. 91).

Os inúmeros documentos de solicitação de sesmaria no Sertão do Seridó atestam ser este pertencente à Capitania da Paraíba. O mesmo acontecendo em relação à Pernambuco, na área de travessa do Rio Pajeú para o Rio Piancó. Estes últimos limites são representados no Mapa da Província da Paraíba – Esboço Corográfico, de 1888,

levando à consideração de que, até fins do século XIX, posicionavam-se em uma linha acima da atual Cidade de Afogados da Ingazeira, conforme mostra a **Figura 4**, o que denota que esse era o limite aproximado com a Capitania de Pernambuco, no Sertão de Piranhas e Piancó. A cartografia também evidencia que a região banhada pelo Rio Seridó, cujo núcleo principal no período foi a atual Cidade de Caicó, já não pertencia ao território da Paraíba.

Figura 4 - Limites da Paraíba no Mapa da Província da Paraíba – (1888). O Mapa representa a Província da Paraíba, em amarelo, em fins do século XIX. Nele, pode-se inferir sobre os limites com as Províncias do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, contribuindo para entendê-los no século XVIII.



Fonte: PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1888).

Essas questões de limites foram bastante abordadas por Guedes (2006), o qual identifica serem imprecisos não somente entre o Rio Grande do Norte e

Pernambuco, mas também com o Ceará. Sua constatação se deu a partir das datas de sesmarias solicitadas nas três capitanias ao governo da Paraíba. Nesse sentido, conclui que:

[...] eram imprecisos os limites territoriais entre as capitanias da Paraíba e suas vizinhas pelo sertão. Pelo que se vê, as disputas políticas relacionadas a esses limites só começaram a ter resolução a partir do período imperial sendo este aspecto em particular da formação territorial da Paraíba um interessante objeto de estudo devido às questões econômicas, políticas e identitárias que ela envolve (GUEDES, 2006, p. 52).

A partir de tais considerações, delineou-se uma provável delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó, mostrada na **Figura 5**.

Figura 5 - Limites aproximados do Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII.



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010);

RIHGP (1953, p.6); PROVÍNCIA DA PARAÍBA(1888); Seixas (1975, p.22).

3 REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ NO SÉCULO XVIII

Por representação imagética se compreende “[...] um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes” (MORAES, 2002, p. 361, 362). Dentro do imenso universo bibliográfico sobre o sertão, verifica-se, de maneira bastante generalizada que, durante o Período Colonial, na visão do colonizador, o *Sertão* apresentou principalmente as seguintes representações imagéticas: espaço de riquezas, espaço habitado por índios “Tapuias” e espaço sem lei.

Como espaço de riquezas, o sertão era relacionado ao local onde “[...] estariam o ouro, a prata e os possíveis escravos indígenas. Ou seja, o *Eldorado* [...] Assim, o interesse da Coroa e também dos colonos em localizar riquezas prevaleceria sobre o medo e sobre as dificuldades impostas à conquista desta área.” (AMANTINO, 2003, p.82). A partir da visão dos cronistas do Brasil Colonial, a autora aponta para os diversos mitos ligados às riquezas no sertão, por

exemplo, o da “Lagoa Dourada”, onde nasceria o Rio São Francisco e se encontraria muito ouro e outras riquezas. Para além do ouro e outras matérias preciosas, estava a busca por escravos indígenas, que motivou inúmeras expedições aos sertões.

A respeito da Capitania da Paraíba, há uma série de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino relatando a descoberta de minas de ouro no Sertão. Isso implica dizer que, ao longo desse período, houve uma preocupação em encontrar tais riquezas. Já em relação aos povos indígenas, essa busca para escravizá-los fez parte da motivação da participação de vários sertanistas nos conflitos indígenas, já que, na “Guerra justa”, os índios que não se rendiam ao processo estavam passíveis de serem exterminados ou escravizados, principalmente na primeira metade daquele século.

Por sua vez, a conotação do Sertão, enquanto local associado com os índios “Tapuias”, está relacionada com uma das primeiras tentativas de classificação dos povos indígenas no Brasil, que, segundo Medeiros, fez-se:

Principalmente utilizando o critério lingüístico, procedimento adotado inicialmente pelos missionários jesuítas desde o início da colonização para distinguir os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi e espalhados por quase toda a costa durante o período de contato inicial e os outros, chamados genericamente de Tapuias (MEDEIROS, 2000, p. 26).

Como já apontou Guedes (2006), tal relação pode ser elucidada a partir da observação da cartografia do século XVIII, uma vez que o espaço relativo ao interior, principalmente no Nordeste, ao invés de ser representado pelo nome Sertão, o é pelo termo “Tapuia”, como pode ser verificado nos exemplos das **Figuras 6 e 7**:

Figura 6 - Termo “Tapuia” na Cartografia do século XVIII



Fonte: Respectivamente, HOMANN (1704) e PRÉVOST (1757).

Figura 7 - Termo “Tapuia” na Cartografia do século XVIII



Fonte: Respectivamente, HOMANN (1704) e PRÉVOST (1757).

As mesmas referências das representações cartográficas podem ser vistas nos textos de cronistas e viajantes do Período Colonial, como o exemplo apresentado no *Tratado de Terras no Brasil* (1576), “[...] não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro [...]” (GÂNDAMO, 1980, p. 48). Ou ainda, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* de 1618, “[...] Êstes tapuias vivem no sertão, e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantam mantimentos para sua sustentação;

porque todos vivem pelos campos [...]”.
(BRANDÃO, 1943, p.346)

Estas denominações são comumente encontradas na documentação que infere sobre o Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII principalmente por ser um período de intensos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores, no que se intitulou de “Guerra dos Bárbaros”, que será bastante importante para a compreensão da formação de espaços urbanos no Sertão paraibano.

Uma emblemática associação do Sertão da Capitania da Paraíba aos índios “Tapuias” foi realizada, já em 1639, pelo governador holandês Elias Herkmans, quando o processo de interiorização ainda não havia se iniciado. Assim, trata-se de umas das referências imagéticas criadas pelo colonizador, posicionado no litoral, como sugere o trecho abaixo:

Os tapuias formam um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites os mais afastados das Capitânicas, ora ocupados pelos brancos, assim portugueses como neerlandeses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Cariris, que tem como rei Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys, e o seu rei é Karupoto. Há uma terceira nação,

cujos índios se chamam Cereryjouws. Conhecemos particularmente a nação ou Tapuias chamados Tarairyouu; Janduwy é o rei de uma das partes dela, e Caracará da outra (HERKMANS, 1982, p.211).

Partindo dessa observação, José Elias Borges (1993) faz uma das primeiras tentativas de cartografar os povos indígenas na Paraíba, inclusive aqueles denominados “Tapuias”, nos séculos XVII e XVIII. Utilizou, como fontes, as informações de cronistas coloniais e a documentação burocrática, em vista a classificar os povos indígenas nos seguintes grupos: Tupi, Cariri e Tarairiú. O resultado pode ser visto no mapa de distribuição destes povos, comumente utilizados nos trabalhos sobre esta temática, conforme **Figura 8**.

Figura 8 - Povos Indígenas na Paraíba - Séculos XVII e XVIII. Destacado, em amarelo, a área correspondente ao Sertão de Piranhas e Piancó.



Fonte: Borges (1993).

Segundo a classificação de Borges (1993), como mostra a parte destacada em amarelo na **Figura 8**, os povos antes intitulados “Tapuias”, associados ao Sertão de Piranhas e Piancó, compreendiam os Pegas, os Panatis, os Ariús, os Palacús, integrados à Nação Tarairius; os Coremas e Icós, da Nação Cariri. Porém, essa tentativa de classificação foi analisada por Medeiros (2000), o qual apresenta duas críticas:

A primeira é de que normalmente estes dados são trabalhados de forma sincrônica, não privilegiando a perspectiva temporal. A segunda, é que não é feita uma análise crítica do autor das crônicas, e, conseqüentemente, tende-se a desprezar os interesses e a visão de mundo que está por trás destas informações, além de questões básicas, como por exemplo, a maneira como o autor obteve as informações transmitidas (MEDEIROS, 2000, p.36).

Essa constatação partiu da crítica das fontes dos cronistas que incidiram sobre os povos indígenas, em relação à “[...] instituição à qual estava relacionado, a sua visão de mundo, a sua vivência ou não com os povos descritos e, além disso, a localização espacial e temporal dos povos indígenas no seu relato” (MEDEIROS, 2000, p. 36). Nesse sentido, no que concerne aos povos associados

ao Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII, o autor se refere aos Pegas, Icós, Panatis e Curemas. Esses foram aldeados em missões e, por isso, há mais informações sobre eles durante o período estudado.

Por fim, a última relação imagética do Sertão se refere a um lugar sem lei. Tal fato carrega a ideia de um “[...] lugar inculto, sem recursos, longe das povoações maiores, tendo um vago significado de civilização inexistente ou pouco desenvolvida” (EGLER, 1951, p.70). Tal definição se faz por oposição a uma ideia de civilização, associada à presença do colonizador português e relacionada com o controle e a lei. Diante da ausência de agentes ligados ao Estado, os sertões propiciavam a presença de criminosos e desordeiros. Muitos documentos do AHU do século XVIII atestam essa colocação para o Sertão da Capitania da Paraíba. Vejamos alguns exemplos:

Diz Pedro Barbosa Cordeiro de Albuquerque Tenente Coronel do regimento de Cavalaria auxiliar da Capitania da Parahiba do Norte onde [possue] dous engenhos em distância de muitas legoas andando [continuadamente] em jornadas de [...] sendo todos os caminhos desertos cheios de

facinorosos e ladrões que só por meio das armas se pode qualquer [...] melhor livrar delles [...] modo anda a [...] disciplinar a sua vida por este motivo percorre a V. Mag. Lhe conceda licença para nas jornadas que fizer poder usar de pistolas nos coudres graça esta que V. Mag. tem concedido a muitos principalmente aos que estão empregados no seu leal serviço como o suplicante (REQUERIMENTO, 1792).

Diz Bento Bandeira de Melo Capitão-mor da Cidade da Paraíba do Norte, que não só em [...] das diligências é continuamente se lhe incumbem do Real serviço de V. Mag. mas [também] por ser senhor de engenho, precisa andar viajando por aquelles Certoens impetados de salteadores e criminosos por este motivo exposto a todo o instante tiram-lhe a vida, motivos estes pelos quais se faz digno de V. Mag. de lhe conceda provisão para poder usar de pistollas nos coudres graça esta que V. Mag. Tem concedido a outros com iguais circunstâncias (REQUERIMENTO, 1793).

São requerimentos de moradores da Capitania solicitando à Rainha, D. Maria I, permissão para utilizar armas de fogo, em seus coldres, por circularem em estradas no Sertão. "Facínorosos", "ladrões", "salteadores" e "criminosos" são as referências feitas ao universo do Sertão Paraibano, o que corresponde a uma imagem de lugar sem lei, disponível para o abrigo de tais grupos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram que a representação espacial estava vinculada a um espaço definível, pois era tida como uma área que se opunha ao litoral, contudo não delimitável, haja vista a ausência de limites territoriais precisos. Nesse sentido, a delimitação proposta, através da cartografia apresentada, é de suma importância para se inferir sobre essa área no passado, apresentando possíveis limites do sertão paraibano setecentista.

Por sua vez, a representação imagética demonstra o pensamento reinante a respeito do espaço, o qual atribuía imagens de uma região possuidora de riquezas, habitada por povos indígenas - os "bárbaros" - e ausente de leis, o que facilitava a presença de criminosos.

Em suma, a recuperação da representação espacial e imagética do Sertão da Paraíba no século XVIII é importante para delinear os estudos sobre a história urbana, pois fundamenta os limites territoriais e o pensamento dominante da sociedade colonial a respeito do espaço estudado.

ABSTRACT

The present study is a part of ongoing research entitled "Paraíba's Urban Backlands in the eighteenth and nineteenth centuries", developed with students of Architecture and Urbanism of the University Center of João Pessoa - UNIPÊ, in partnership with the Research Laboratory of History and Memory (LPPM) - Federal University of Paraíba - UFPB, which aim is to analyze the genesis and structure of urban nucleus in the backlands of Paraíba in the eighteenth and nineteenth centuries. In this context, to achieve this aim, it is understood that the first step is to understand what is meant by Paraíba's Backlands in the eighteenth century, a period in which there was the genesis of the urban. Therefore, this article aims to understand the spatial, imagistic and symbolic representations, associated with the Paraíba's Backlands in the eighteenth century. For this purpose, two essential methodological procedures to any research in urban history were used: historical analysis and research in primary documents.

Keywords: Paraíba's Backlands. Spatial Representation. Imagistic Representation. Eighteenth Century.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. "Região, Sertão, Nação". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- AMANTINO, M. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. **Varia História**, Minas Gerais, v. 29, p. 79-97, 2003.
- ATLAS do Estado do Brasil: coligido das mais certas noticias q pode aiuntar dõ leronimo de Ataide, por João Teixeira Albermas, cosmographo de Sua Magde, anno 1631. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- BORGES, J. E. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, J. O. A.; RODRIGUEZ, G. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Grafset, 1993.
- BRANDÃO, A. F. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1943.
- CAMINHA, P. V. Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, J. (org.). **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.
- EGLER, W. A. Contribuição ao Estudo da Caatinga Pernambucana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, ano 8, 1951.

- FERES JÚNIOR, J. A história conceitual do Brasil no mundo ibero-americano. In: FERES JÚNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- GAIO, G. G. G. Sattelzeit: modernidade e história. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 2009.
- GÂNDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil**: História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp., 1980.
- GUEDES, P. H. Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos: 1650-1730**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- HERCKMANS, E. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.
- HOMANN, J. B. **Portugalliae et Algarbiae cum finitimis Hispaniae Regnis**. [S.l.: s.n.], 1704. Disponível em: <<http://purl.pt/912/2/index.html>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- JOFFILY, I. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. In: **Cadernos de Literatura Brasileira**. “Euclides da Cunha”. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.
- NIEMEYER, J. **Carta Corographica da Parahyba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brazil**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1850.
- PINTO, L. M. S. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Lisboa: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- PIRES, M. I. C. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.
- PORTO, M. E. M. **Jesuítas e missões: representações das fronteiras na Capitania do Rio Grande**. In: OLIVEIRA, C. M. S.; MENEZES, M. V.; GONÇALVES, R. C. (Org.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.
- PRÉVOST, A. F. **Carte du Bresil, prem. partie, depuis la Riviere des Amazones jusqua la Baye de Tous les Saints, pour servir à l'Histoire Generale des Voyages**. [S.l.: s.n.], 1757. Disponível em: <<http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/306/306.html>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- PROVÍNCIA da Paraíba: **Esboço Corográfico**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1888.
- PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650/1720. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

REQUERIMENTO do tenente coronel Pedro Barbosa Cordeiro de Albuquerque, à rainha [D. Maria I], solicitando licença para poder usar pistola nos coldres, nas suas jornadas no sertão: AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2274. [S.l.: s.n.], 1792.

REQUERIMENTO de escrivão da Fazenda Real, Bento Bandeira de Melo, à rainha [D. Maria I], solicitando licença, como senhor de engenho, para usar pistolas nos coldres, nas jornadas que faz ao sertão: AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2285. [S.l.: s.n.], 1793.

RODRIGUES, A. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Rev. Bras. Hist.** v.23, n.46, p. 253-270, 2003.

SARMENTO, C. F. **Povoações, Freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800.** 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SEIXAS, W. N. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal).** João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

TAVARES, J. L. T. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba.** [S.l.]: Coleção Mossoroense, 1982.